



TJDFT

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

CONCURSO PÚBLICO

Cargo: Analista Judiciário

Área: Judiciária

Especialidade: Execução de Mandados

CADERNO DE PROVAS

Aplicação: 1.º/6/2003

MANHÃ



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cinquenta** questões objetivas corretamente ordenadas e a prova discursiva, com duas páginas para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a folha de texto definitivo e a folha de respostas e retire-se do local de provas.
- 9 Não será avaliado o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 2/6/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 3 e 4/6/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- III 1.º/7/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Distrito Federal e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 2 e 3/7/2003 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- V 25/7/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados nos itens I e III, do resultado final da prova discursiva, da convocação para a prova de apanhamento taquigráfico (Especialidade Taquigrafia) e do resultado final do concurso (demais especialidades).

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 13 do Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas. Na **folha de respostas**, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação, servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I – questões 1 e 2

1 Já na Grécia clássica, não faltam cabeças filosóficas que, adestradas na dialética questionadora, chegam à conclusão inquietante de que a norma não passaria de mera convenção social. Tal ponto de vista aparece, no curso da História, de modo sem dúvida excepcional, porque o que caracteriza a vigência da norma na sociedade humana está justamente na sempre renovada crença
4 no fundamento divino da norma: são os deuses que falam e tudo garantem. Já por aí pode-se aceder à compreensão da impressionante estabilidade que oferecem, através dos tempos, as normas e os valores morais de modo geral. As mudanças indubitavelmente existem, mas sempre no enalço de reiteradas formas de consolidação; e, contra todas as aparências, são valores
7 que duram muito mais do que a maioria dos entes que configuram o mundo humano e o próprio homem.

O sujeito pertence, evidentemente, a este mundo humano, o dos entes que povoam o cosmos. O sujeito é simplesmente uma realidade singular, datada no espaço e no tempo, que não dura muito mais do que as promessas de uma manhã. E se a norma, até
10 mesmo em sua estabilidade, não consegue superar o seu estatuto radicalmente histórico, é no plano do indivíduo que tal historicidade ostenta a sua presença avassaladora.

Gerd Bornheim. **O sujeito e a norma**. In: Adauto Novaes (Org.).
Ética. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 248 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Em relação ao texto I, assinale a opção **incorreta**.

- A O emprego do futuro do pretérito em “passaria” (l.2) tem a função de indicar que a afirmação não é categórica, ou seja, aceita de forma unânime e indiscutível.
- B Na linha 2, a expressão “Tal ponto de vista” constitui um recurso coesivo que, ao retomar uma das idéias do período antecedente e substituí-la de forma sintética, ocupa o lugar de agente da forma verbal “aparece”.
- C Em “mais do que” (l.7 e 9), a eliminação do termo sublinhado transgrediria as exigências da norma culta escrita em seu padrão formal.
- D Em “o dos entes” (l.8), há um recurso coesivo e estilístico: a omissão de palavra anteriormente citada, que pode ser facilmente subentendida.
- E A vírgula após “humano” (l.8) justifica-se por isolar estrutura subsequente de caráter apositivo.

QUESTÃO 2

A respeito das estruturas e dos sentidos do texto I, assinale a opção correta.

- A A palavra “reiteradas” (l.6) poderia ser substituída por **iteradas**, sem prejuízo para a informação original do texto.
- B Caso a forma verbal “configuram” (l.7) estivesse no singular para concordar com “a maioria”, haveria prejuízo para a correção gramatical do período.
- C A expressão “que não dura muito mais do que as promessas de uma manhã” (l.9) constitui uma figura de estilo com base nos efeitos da transgressão e da inversão de estruturas sintáticas.
- D A expressão “estatuto radicalmente histórico” (l.10) está em oposição à idéia expressa pela palavra “historicidade” (l.11).
- E A palavra “avassaladora” (l.11) está sendo empregada no sentido de **destruidora**.

Texto II – questões 3 e 4

1 No que concerne ao indivíduo, ele se faz histórico de
ponta a ponta, e de tal modo que, em suas origens, é só
impropriamente que se pode falar em sujeito. A filosofia
4 grega não poderia deixar de impor-se como um momento
privilegiado da aurora desse despertar da subjetividade, logo
secundado pela importância decisiva da lenta contribuição do
7 cristianismo. Mas é só no fim da Idade Média e nos primeiros
tempos da modernidade que o sujeito passa a desenvolver a
autonomia que ainda hoje nos caracteriza — autonomia que
10 levou não poucos autores a falarem em antropocentrismo,
contraposto ao teocentrismo de toda a cultura anterior.

Realmente, agora, já nem basta falar em indivíduo: o
13 que tem início com a proposta do projeto burguês é essa
aventura inédita do individualismo, por meio da qual
arranca-se um homem novo de suas raízes multimilenárias.
16 O tributo ao passado, quando presente, insere-se agora em
coordenadas surpreendentemente revolucionárias.

Idem, ibidem (com adaptações).

QUESTÃO 3

Em relação ao emprego do termo “se” no texto II, assinale a
opção que apresenta associação correta.

- A “ele se faz” (l.1) — partícula apassivadora
- B “que se pode” (l.3) — pronome reflexivo
- C “deixar de impor-se” (l.4) — partícula apassivadora
- D “arranca-se” (l.15) — partícula apassivadora
- E “insere-se” (l.16) — índice de indeterminação do sujeito

QUESTÃO 4

No texto II, haveria alteração de informações originais ou
transgressão às normas gramaticais, caso se substituísse

- A “não poucos” (l.10) por **certos**.
- B “falarem” (l.10) por **falar**.
- C “já nem” (l.12) por **já não**.
- D “inédita” (l.14) por **sem precedentes**.
- E “multimilenárias” (l.15) por **multimilenares**.

QUESTÃO 5

1 Onde fica a Justiça verdadeira? Evidentemente, não é
cá, nem lá, não é nas leis (embora às vezes nelas se misture,
em maior ou menor grau), nem é nos princípios ideais,
4 abstratos (embora às vezes também algo dela ali se transmita,
de forma imprecisa): a Justiça real está no processo histórico
de que é resultante, no sentido de que é nele que se realiza
7 progressivamente.

Justiça é Justiça Social, antes de tudo: é atualização
dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para
10 levar à criação de uma sociedade em que cessem a exploração
e a opressão do homem pelo homem; e o Direito não é mais,
nem menos, do que a expressão daqueles princípios supremos,
13 enquanto modelo avançado de legítima organização social da
liberdade.

Roberto Lyra Filho. **O que é Direito**. São Paulo:
Brasiliense, 1999, p. 86 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- A Na linha 2, o elemento “nelas”, que aglutina preposição e pronome, confere coesão ao texto por referir-se à expressão “nas leis”.
- B O termo “dela” (l.4) refere-se a “Justiça verdadeira” (l.1).
- C Na linha 6, as duas ocorrências do termo “de que” podem ser corretamente substituídas por **do qual**.
- D À linha 10, estaria gramaticalmente correta a substituição de “em que” por **na qual**.
- E Os sentidos do texto permitem a correta substituição de “enquanto” (l.13) por **na qualidade de**.

QUESTÃO 6

1 Nem a sociedade justa, nem a Justiça corretamente
vista, nem o Direito mesmo, o legítimo, nascem de um berço
metafísico ou são presentes generosos dos deuses: eles brotam
4 nas oposições, no conflito, no caminho penoso do progresso,
com avanços e recuos, momentos solares e terríveis eclipses.

Direito é processo, dentro do processo histórico: não
7 é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se
enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos
ascendentes e que define nas explorações e opressões que o
10 contradizem, mas de cujas próprias contradições brotarão as
novas conquistas.

Idem, ibidem (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos às estruturas e às informações do texto acima.

- I No primeiro período do texto, o emprego reiterado da negativa **nem** constitui um recurso retórico que produz o efeito afirmativo.
- II Em “o Direito mesmo, o legítimo.” (l.2) o termo sublinhado exerce a função de aposto qualificativo do termo antecedente.
- III A forma verbal “brotam” (l.3) tem como agente um pronome no plural que retoma as idéias: “sociedade justa” (l.1), “Justiça” (l.1) e “Direito” (l.2).
- IV Embora o sentido se mantenha inalterado, ao se substituir, à linha 4, as aglutinações da preposição **em** com os artigos **as** e **o** por aglutinações da preposição **de** com os mesmos artigos, desrespeita-se a regência do verbo **brotar**.
- V A expressão “momentos solares e terríveis eclipses” (l.5) considera a natureza plurissignificativa das palavras e configura um recurso estilístico que tem base metafórica.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.
- B I, III e V.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

QUESTÃO 7

Os fragmentos abaixo constituem um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

- I O homem, portanto, não é o que apenas é, já que ele precisa tornar-se um homem, realizando em sua vida a síntese das contradições que o constituem inicialmente.
- II Ela se preocupa com as formas humanas de resolver as contradições entre a necessidade e a possibilidade, entre o tempo e a eternidade, entre o individual e o social, entre o econômico e o moral, entre o corporal e o psíquico, entre o natural e o cultural e entre a inteligência e a vontade.
- III A ética se movimenta entre estes dois extremos, igualmente falsos.
- IV Convém focalizar a distinção inicial dos dois tipos de negação da liberdade: o determinismo absoluto e o “libertarismo” absoluto.
- V Essas contradições não são todas do mesmo tipo, mas brotam do fato de que o homem é um ser sintético.

Itens adaptados de Álvaro L. M. Valls. **O que é ética**. 7.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 56.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, assinale a opção cuja seqüência observa esse pressuposto com relação aos fragmentos acima.

- A I IV V III II
- B II III I IV V
- C III V IV II I
- D IV III II V I
- E V III II I IV

QUESTÃO 8

Assinale a opção cujo fragmento de texto está correto quanto às estruturas sintáticas e à pontuação.

- A O acesso as decisões da justiça é limitado a pequena parcela da população. A maioria ou desconhece seus direitos, ou, se os conhecem, não tem condições de os fazer valer.
- B Os poucos que dão queixa à polícia tem que enfrentar depois os custos e a demora do processo judicial. O custo dos serviços de um bom advogado estão além da capacidade da grande maioria da população.
- C Apesar de ser dever constitucional do Estado, prestar assistência jurídica gratuita aos pobres, os defensores públicos são em número insuficiente para atender à demanda. Uma vez instaurado o processo, há o problema da demora. Os tribunais estão, sempre sobrecarregados, tanto nas varas cíveis como nas criminais.
- D Uma causa leva anos para ser decidida. O setor do Poder Judiciário que funciona melhor é o da justiça do trabalho. No entanto, essa justiça, funciona exclusivamente para os trabalhadores do mercado formal, possuidores de carteira de trabalho.
- E Os trabalhadores do mercado informal, que são cada vez mais numerosos, ficam excluídos. Entende-se, então, a descrença da população na justiça e o sentimento de que ela funciona apenas para os ricos, ou melhor, de que ela não funciona, pois os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos.

Opções adaptadas de José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 214.

QUESTÃO 9

- 1 O Estado moderno, o Estado de direito, os direitos humanos, a forma republicana de governo, a democracia, todas essas conquistas que fomos aprendendo a admirar como ícones da modernidade e sinais de uma vida melhor, inclusive eticamente, têm em comum o fato de serem extremamente racionais. Ora, podemos ter um arcabouço racional para nossas relações sociais e políticas, mas o que garantirá nossa adesão a elas, nossa constante participação, é um fator que escapa à razão e é de ordem afetiva. Por que, então, esse afeto acaba sendo mais bem 10 manejado por aqueles que não têm compromisso com este rol de valores positivos, “civilizados”, ou seja, pelos que repõem o autoritarismo, o patrimonialismo, a corrupção? Provavelmente é 13 porque nosso coração foi formatado por séculos de colônia e escravidão.

Renato Janine Ribeiro. In: **Quatro autores em busca do Brasil: entrevistas a José Geraldo Couto**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 58 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- I Os sentidos do texto permitem que a palavra “ícones” (l.3) seja substituída, sem prejuízo para a coesão textual, pela expressão **estruturas emblemáticas**.
- II O emprego das formas verbais “fomos” (l.3), “podemos” (l.6) e dos pronomes possessivos na primeira pessoa do plural constitui recurso de linguagem por meio do qual o autor tenta compartilhar com o leitor as idéias apresentadas, inserindo-o no texto.
- III As idéias do texto permitem que a palavra “rol” (l.10) seja, sem prejuízo para a coerência, substituída por **conjunto**.
- IV Um título adequado e de acordo com a idéia central do texto poderia ser: **A manipulação do afeto na política**.
- V Os termos “aqueles” (l.10) e “pelos” (l.11) referem-se a um antecedente já citado no trecho e deixam implícita a idéia de que se trata exclusivamente de parcela do empresariado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 10

Assinale a opção cujo fragmento obedece às exigências de correção gramatical, impessoalidade e objetividade, próprias da redação de documentos oficiais.

- A São passíveis de penhora o numerário pertencente à associação, ainda que em tal valor se insira o pagamento de salários de seus empregados. Na realidade, a vedação legal de constrição atinge somente os salários efetivamente recebidos.
- B Adicional noturno e horas extras não são abrangidos pelo conceito de remuneração, logo, não pode sobre os mesmos incidir a contribuição previdenciária, segundo entendimento embasado na Lei n.º 8.112/1990.
- C Inexistindo, nos autos, provas concludentes no sentido de descaracterizar a atuação de um dos acusados, mero empregado de imobiliária, que agiu mediante ordens de seu preposto, mantêm-se a absolvição decretada, eis que ausente a intenção de lesar o bem jurídico tutelado.
- D Deve ser anulado o julgamento do tribunal do júri, no qual a formulação dos quesitos se deu de forma complexa, violando o procedimento normatizado, cujo determina que os quais quesitos deverão ser feitos em proposições simples e bem distintas.
- E Cuidando-se de empresa pública, a penhora dos valores existentes em sua conta-corrente poderá ocasioná-la danos de difícil reparação, inviabilizando a adimplência de compromissos assumidos, inclusive o pagamento de salários de funcionários.

Opções adaptadas do Informativo de Jurisprudência n.º 46, 1.º-15/abril/2003.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO TJDF

QUESTÃO 11

Quanto à composição e à competência dos órgãos do Poder Judiciário na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT), assinale a opção correta.

- A O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) compreende uma Seção Cível e uma Criminal, as quais, por sua vez, se subdividem em três Turmas Cíveis e três Turmas Criminais, respectivamente; a presidência das seções cabe ao vice-presidente do tribunal.
- B Se determinado processo for de competência do plenário do TJDFT, ele poderá ter como relator o presidente, o vice-presidente ou o corregedor do tribunal, uma vez que esses desembargadores, quando integram o plenário, podem exercer a relatoria.
- C Se, no âmbito da jurisdição do TJDFT, um secretário de governo cometer um crime eleitoral, não caberá ao TJDFT o julgamento da respectiva ação penal.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
Maria era a presidente do TJDFT, e seu mandato estender-se-ia de 23 de abril de 2001 a 22 de abril de 2002. Por ser fumante, ela faleceu de enfisema pulmonar em janeiro de 2002.
Nessa situação, o novo presidente do tribunal deveria ter sido escolhido por meio de eleição entre os membros do órgão.
- E Caso um cidadão impetre *habeas corpus* contra o governador do Distrito Federal (DF), a competência para julgamento será do TJDFT.

QUESTÃO 12

Acerca da competência e da composição da justiça no DF, segundo a LOJDFT, assinale a opção correta.

- A A competência do Poder Judiciário consiste essencialmente no julgamento de litígios, mas os juízes das varas de entorpecentes possuem também a de expedir atos normativos relacionados à prevenção, à assistência e à repressão em matéria de entorpecentes.
- B O roubo é legalmente considerado pelo Código Penal como crime contra o patrimônio, mesmo quando seguido de morte da vítima; nos casos de roubo seguido de morte, a competência para julgar a correspondente ação penal será do tribunal do júri, nos termos da LOJDFT.
- C Se um processo tramitar por uma vara cível e, na fase de execução, o DF opuser embargos de terceiro, a vara cível deverá declinar de sua competência para uma das varas da fazenda pública e a esta remeter os autos do processo, para que nela prossiga o trâmite.
- D Se ocorrer vaga em vara da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, aquela deverá ser provida necessariamente por meio da remoção de juiz de direito de uma das demais circunscrições do DF.
- E Estritamente de acordo com a LOJDFT, a vaga de desembargador do TJDFT destinada ao denominado quinto constitucional não pode ser provida por meio da nomeação de um membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) com menos de dez anos de carreira nesse órgão.

QUESTÃO 13

Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (RITJDFT), assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.
Os desembargadores A e B são irmãos e compõem o TJDFT, lotados em turmas diferentes. Em um processo de competência do Conselho Especial do Tribunal, o desembargador A proferiu seu voto antes do irmão, em virtude das regras de precedência.
Nessa situação, o desembargador B poderá também proferir seu voto normalmente, por se tratar de processo de competência do Conselho Especial, de que fazem parte todos os membros do tribunal.
- B Nos períodos em que o TJDFT se encontrar com seu serviço paralisado, os *habeas corpus* de competência originária do tribunal serão julgados pelo Conselho da Magistratura, embora a competência deste órgão seja predominantemente administrativa.
- C As sessões extraordinárias dos órgãos fracionários do TJDFT podem ser convocadas por qualquer de seus membros, para julgamento de processos já incluídos em pauta.
- D Em nenhuma hipótese, um desembargador recém-empossado poderá ser presidente de órgão fracionário do tribunal, atribuição que somente estará habilitado a exercer após um ano de exercício das funções de desembargador.
- E Considere a seguinte situação hipotética.
João era advogado e Sônia, promotora de justiça. Ambos foram nomeados para o cargo de desembargador do TJDFT, no sistema do quinto constitucional. Tomaram posse no mesmo ato.
Nessa situação, a precedência na antiguidade entre os dois será determinada a favor de Sônia, por ser membro do Ministério Público.

QUESTÃO 14

A respeito do RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I Se um desembargador precisar afastar-se das funções por prazo superior a trinta dias, um juiz de direito deverá ser convocado, e sua escolha competirá ao presidente do tribunal.
- II Se um juiz de direito der causa à instauração de processo disciplinar pelo cometimento de ato que lhe possa ensejar a perda do cargo, essa instauração, por si só, não o impedirá de ser convocado para substituir desembargador no TJDFT.
- III Se um juiz de direito substituto tiver direito adquirido ao gozo de licença-prêmio, poderá usufruí-la desde que o requeira ao presidente do tribunal e que exista juiz titular na vara onde for lotado.
- IV Se um desembargador houver pedido vista de processo em julgamento e vier a entrar em férias, deverá informar se pretende comparecer para proferir seu voto; se não o fizer, os autos serão requisitados e o julgamento prosseguirá.
- V Os desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura não podem gozar férias nos meses de janeiro e de julho.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 15

No atinente ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Sempre que um desembargador for considerado impedido ou suspeito para atuar em determinado processo, essa circunstância deverá ser expressamente registrada na capa dos autos.
- B** Se a parte pretender beneficiar-se da justiça gratuita, deverá necessariamente requerê-lo no primeiro grau de jurisdição, pois não é possível a concessão do benefício no âmbito do TJDF, salvo em se tratando de ações de competência originária.
- C** Nos processos dependentes de preparo, este poderá ocorrer após a distribuição do feito.
- D** Feitos urgentes como mandados de segurança, *habeas corpus*, *habeas data*, medidas cautelares e processos criminais com réu preso não são distribuídos a desembargador afastado por qualquer que seja o período, o que será objeto de posterior compensação.
- E** Considere a seguinte situação.
Uma ação de cobrança foi sentenciada e o processo chegou ao TJDF por força de apelação. Passado em julgado o acórdão, os autos retornaram ao primeiro grau para execução. Nesta, houve embargos do devedor, que também foram julgados por sentença e causaram nova apelação.
Nessa situação, a segunda apelação deverá ser distribuída aleatoriamente entre os desembargadores das turmas cíveis, pois a primeira não induzirá prevenção.

QUESTÃO 16

No que tange ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação.
O MPDFT atuou como fiscal da lei em um processo que tramitou no primeiro grau de jurisdição, por envolver interesse público. Após a sentença, houve apelação.
Nessa situação, ao chegar ao TJDF, os autos deverão, como regra, ser imediatamente enviados ao MPDFT antes mesmo da conclusão e independentemente de despacho.
- B** Se um processo penal de competência originária do TJDF gerar a condenação do réu e a pena comportar suspensão condicional, a audiência admonitória poderá ser presidida pelo relator da causa, mas este também poderá delegar a realização do ato a juiz de primeiro grau.
- C** Nos processos em que haja necessidade de revisor, a este caberá apreciar medidas cautelares incidentais e quaisquer outros pedidos protocolizados enquanto os autos estiverem em seu poder.
- D** A pauta de cada sessão de julgamento deverá conter tantos processos quantos sejam indicados pelos relatores e revisores, conforme o caso, como prontos para apreciação; aqueles que não for possível julgar em uma sessão estarão automaticamente prontos para julgamento na sessão seguinte, independentemente de publicação de nova pauta.
- E** Todo e qualquer esclarecimento que desejem os desembargadores participantes de sessão de julgamento deverão ser solicitados e prestados durante a própria sessão, na presença das partes e de seus advogados, salvo nos processos que tramitem em sigilo.

QUESTÃO 17

Relativamente ao RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I No julgamento de *habeas corpus*, o empate de votos implicará, como regra, a concessão da ordem.
- II Um desembargador que não haja presenciado o relatório do processo em sessão de julgamento poderá votar mesmo assim, em certos casos.
- III Na sessão de julgamento, serão votadas em primeiro lugar as questões preliminares e em seguida, qualquer que tenha sido o resultado da votação inicial, as questões de mérito.
- IV Para suscitar questão preliminar durante o julgamento, os desembargadores não precisam aguardar a ordem regimental de votação.
- V A petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) no TJDF não precisará ser necessariamente firmada por advogado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 18

No respeitante ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Compete ao relator da ADIn no TJDF homologar o pedido de desistência formulado pelo autor da ação.
- B** Havendo a concessão de medida liminar em ADIn no TJDF, a legislação anterior à norma atacada voltará, como regra, a produzir efeitos, salvo se o tribunal deliberar de maneira diversa.
- C** No processamento da ação penal originária, todos os atos instrutórios podem ser delegados pelo relator a juiz de primeiro grau.
- D** Considere a seguinte situação.
Um juiz proferiu sentença concessiva de mandado de segurança, caso em que, pela legislação processual, a sentença estaria sujeita ao duplo grau de jurisdição, por meio de remessa de ofício. Não houve recurso voluntário da parte do impetrado. O juiz, porém, mesmo ante o duplo grau obrigatório, não remeteu os autos ao TJDF.
Nessa situação, o remédio processual cabível, segundo o RITJDFT, seria o ajuizamento de reclamação no tribunal.
- E** Devido ao rito célere da ação de *habeas corpus*, é facultativa a intervenção do MPDFT, ao qual os autos serão remetidos apenas se o relator considerar que isso não retardará o julgamento do processo.

QUESTÃO 19

Com referência ao Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (PGC), assinale a opção correta.

- A** Se réu preso por sentença transitada em julgado pretender a remoção de um para outro estabelecimento prisional, o requerimento para esse fim deverá ser apreciado pelo juiz da vara criminal que processou a ação penal.
- B** Nas ações penais, o réu tem o direito de ser intimado pessoalmente da sentença que o absolve ou condene; essa intimação deve ocorrer por meio da requisição do réu, quando preso, para que se apresente na secretaria da vara por onde tramitar a ação penal, a fim de que ali se dê a intimação.
- C** Na hipótese de um membro do Ministério Público ou de um advogado deixar de comparecer a audiência em que sua presença era considerada obrigatória pelo juiz, este deverá comunicar o fato à Corregedoria da Justiça do DF, para que esta, por sua vez, adote as providências adequadas ao caso.
- D** Todos os *habeas corpus* impetrados no DF fora do horário de expediente forense e durante os sábados, domingos e feriados serão apreciados pelo juiz plantonista, em exercício no Juizado Central Criminal, o qual deverá encaminhar os autos à distribuição no primeiro dia útil após o plantão.
- E** Em todos os atos que firmarem, assim como nos recibos que derem de documentos e petições recebidos na secretaria dos órgãos judiciais, deverão os servidores apor carimbado com sua identificação ou registrar seu nome, em letra de forma ou à máquina.

QUESTÃO 20

No que respeita ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Sempre que a oficial de justiça-avaliador se conceder licença-médica, os mandados em seu poder ainda não cumpridos deverão ser devolvidos à vara, para redistribuição.
- B** Em todos os casos de penhora, arresto, seqüestro e busca e apreensão, os oficiais de justiça-avaliadores deverão entregar os bens objeto da diligência ao depositário público, sob pena de responsabilidade funcional, salvo em se tratando de bens imóveis ou semoventes.
- C** Considere a seguinte situação hipotética.
Um advogado comentou, informalmente, com servidor de ofício judicial do DF, que determinado documento por ele apresentado para juntada a processo era falso e que o juiz daquela vara perceberia a falsidade se examinasse com muito cuidado um outro documento já acostado aos autos. Nessa situação, o servidor estaria juridicamente obrigado a levar essa informação ao conhecimento do juiz responsável pelo processo, mesmo tendo-a recebido informalmente.
- D** As certidões a serem emitidas pelos órgãos judiciais podem sê-lo no prazo de até cinco dias e serão válidas desde que ostentem a assinatura do diretor de secretaria.
- E** Os autos de processos oriundos de outras varas, sejam elas do DF ou de outra unidade da Federação, deverão ser reenumerados na hipótese de redistribuição a outro ofício judicial.

QUESTÃO 21

Acerca do PGC, assinale a opção correta.

- A** As peças e os documentos apresentados pelas partes e pelo Ministério Público não devem ter sua seqüência seccionada ao serem incorporadas aos autos; por isso, apesar do limite previsto para o número máximo de folhas em cada volume de autos processuais, tais peças e documentos devem ser mantidos juntos e, após a inserção deles no mesmo volume, abrir-se-á volume novo, quando necessário.
- B** Se um juiz ou membro do Ministério Público for considerado impedido ou suspeito para atuar em determinado processo, deverá o diretor de secretaria anotar essa circunstância na capa dos autos, mas sem referência ao nome da autoridade impedida ou suspeita.
- C** O processo em segredo de justiça não pode ser retirado da secretaria, de maneira que os advogados aí deverão consultar os respectivos autos.
- D** A publicação de editais de interesse das partes na imprensa oficial deverá ser precedida do pagamento das respectivas custas, pelo advogado da parte, diretamente na secretaria do juízo.
- E** Sempre que o Ministério Público intervier em determinado processo, essa circunstância deverá ser registrada, de maneira visível, na capa dos respectivos autos.

QUESTÃO 22

Julgue os itens seguintes, relativos ao PGC.

- I Por celeridade, as comunicações judiciais a serem transmitidas por correio devem utilizar o Serviço de Encomenda Expressa (SEDEX) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).
- II Os processos de qualquer natureza devem ser distribuídos, ainda que por dependência; se uma petição sujeita a distribuição for entregue na secretaria, esta deve remetê-la ao serviço de distribuição.
- III Se petição urgente for distribuída, o advogado poderá encaminhá-la, em seguida, diretamente ao juiz competente.
- IV Ainda que a parte alegue ser caso de distribuição por dependência, esta dependerá de despacho judicial, mesmo que posterior à distribuição.
- V Após a implantação do sistema de distribuição por processamento eletrônico, não mais pode haver distribuição manual de processos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 23

Quanto ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Para o cumprimento válido de prisão civil ou criminal no DF embasada em ordem expedida por autoridade judiciária de outra unidade da Federação, não bastará a transmissão do mandado que a autoridade haja expedido; será necessária a tramitação de carta precatória ou de ordem, a qual, além do mandado de prisão, deverá conter cópia da decisão judicial que o tenha gerado e ser submetida a despacho do juiz de direito competente do DF.
- B** Se, no curso de um processo qualquer, o Ministério Público verificar que a autuação registrou erradamente o nome de uma das partes, a correção do erro poderá ser feita com base em ofício expedido diretamente pelo promotor de justiça ao serviço de distribuição, com a menção ao nome correto e ao número do processo.
- C** Considere a seguinte situação.
Em um inventário, a contadoria, por determinação do juiz, constatou, com base em avaliação a que procedeu, que o valor dos bens declarados pelo inventariante ficou, em média, 30% inferior ao valor de mercado. O juiz, ao tomar conhecimento da avaliação oficial, determinou que os interessados efetuassem o pagamento das custas devidas, mas isso não ocorreu.
Nessa situação, assim que fosse certificada a inércia do inventariante quanto ao pagamento das custas, a providência correta por parte do juiz seria a imediata extinção do processo de inventário.
- D** Nas ações penais, uma vez prolatada sentença condenatória, o réu, se desejar interpor apelação, deverá instar para esse fim seu advogado, pois não poderá fazê-lo pessoalmente.
- E** Ao longo de todo o ano, o expediente forense irá das oito às dezenove horas.

QUESTÃO 24

Acerca da Comissão Distrital Judiciária de Adoção (CDJA), de acordo com o Provimento n.º 1, de 9 de abril de 2002, da Corregedoria Geral da Justiça do DF, julgue os itens seguintes.

- I A CDJA não funcionará na sede da Vara da Infância e da Juventude, mas na Corregedoria Geral da Justiça, e deverá reunir-se, em princípio, pelo menos uma vez por mês, em caráter ordinário, e extraordinariamente, quando seu presidente convocar.
- II A CDJA destina-se a prestar auxílio técnico à Vara da Infância e da Juventude e, subsidiariamente, às varas criminais e às de família.
- III Caberá à CDJA manter cadastro, atualizado e sigiloso, de adotandos e de pretendentes à adoção de crianças e adolescentes, quer residam os pretendentes no Brasil, quer no exterior; pode a comissão receber os documentos dos interessados pessoalmente, por procurador, por meio de entidades reconhecidas nessa área ou, ainda, por via postal.
- IV Em casos urgentes, devidamente autorizados pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude e comunicados à Corregedoria Geral da Justiça, poderá ser deferida adoção internacional sem que o adotante esteja habilitado perante a CDJA.
- V O simples estágio de convivência de criança ou adolescente adotando com pretendentes estrangeiros à adoção, devido à sua natureza precária, poderá ocorrer sem que os estrangeiros tenham sido objeto de laudo de habilitação emitido pela CDJA.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e V.
- E** IV e V.

QUESTÃO 25

Em relação ao PGC e aos demais provimentos da Corregedoria da Justiça do DF, assinale a opção correta.

- A** Se servidor de ofício judicial do DF presenciar a existência de pessoa portando arma nas dependências da justiça do DF e souber que tal pessoa não detém autorização para o porte, deverá efetuar a prisão do indivíduo.
- B** Considere a seguinte situação hipotética.

João é servidor de uma vara e tem como função o atendimento às partes e aos advogados que para lá se dirijam. Certa tarde, chegaram ao balcão os advogados Antônio, Bruno e Carlos, nessa ordem. O último a chegar, o advogado Carlos, disse a João que estava atrasado para uma audiência que se iniciaria em poucos instantes e precisava consultar autos de um processo na vara onde laborava João. Considerando a situação do advogado, João atendeu-o antes dos outros, apesar dos protestos destes.

Nessa situação, João agiu corretamente, devido à urgência da situação e a fim de não causar atraso no início da audiência a iniciar-se na outra vara.

- C** O controle da frequência dos servidores deve ser feito quotidianamente pelo diretor de secretaria, ao qual incumbe, no final de cada mês, colher a assinatura deles no livro próprio.
- D** Durante os períodos de férias forenses, o juiz diretor do fórum será substituído pelo juiz de direito substituto mais antigo que se encontrar em exercício na respectiva circunscrição judiciária, não havendo necessidade de designação específica pela Corregedoria da Justiça para esse fim.
- E** A digitalização dos autos dos processos dos juizados especiais cíveis deverá ser feita em todos esses juizados, por segurança do armazenamento dos dados dos feitos, sem que isso impeça a manutenção integral dos autos respectivos nos arquivos físicos tradicionais do TJDF.

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Um oficial de justiça recebeu vários mandados judiciais a serem cumpridos, referentes a servidores públicos lotados em diversos órgãos. Para facilitar o seu trabalho, ele decidiu separar os mandados por esfera de governo (se da União ou estadual) e por Poder a que pertenciam os servidores envolvidos (se Legislativo, Executivo ou Judiciário).

Em face da situação hipotética acima descrita, assinale a opção em que os mandados foram incluídos **incorretamente** em determinada categoria, de acordo com o critério mencionado.

- A Os mandados envolvendo servidores do TJDFT foram incluídos na categoria do Poder Judiciário da União.
- B Em uma mesma categoria ficaram os mandados relativos a servidores do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal de Contas da União.
- C Os mandados envolvendo servidores do Conselho da Justiça Federal ficaram junto com os mandados atinentes a servidores do Superior Tribunal de Justiça.
- D Os mandados concernentes a servidores da justiça federal, da justiça do trabalho e da justiça eleitoral foram incluídos na mesma categoria.
- E Os mandados referentes a servidores do Tribunal de Justiça de Goiás foram incluídos na categoria Poder Judiciário estadual.

QUESTÃO 27

A Constituição da República, em seu art. 39, § 3.º, estendeu aos servidores ocupantes de cargo público, alguns direitos estabelecidos no art. 7.º, entre eles o direito ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Em face disso, um servidor público civil pertencente ao quadro de pessoal de determinado Estado da Federação impetrou mandado de injunção, sob a alegação de que a ausência de lei regulamentadora estaria inviabilizando o exercício do direito garantido pela Constituição.

Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

- A O direito objeto do litígio mencionado está inserido no rol dos direitos sociais, denominados pela doutrina como direitos fundamentais de segunda geração, que são caracterizados por ações positivas do Estado, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.
- B Mesmo se tratando de servidor público estadual, a edição da norma infraconstitucional regulamentadora da matéria em questão é de responsabilidade da União, que tem competência exclusiva para legislar sobre direito do trabalho.
- C A lei regulamentadora referente à questão em apreço deve excluir da sua incidência as trabalhadoras e os menores, visto que a Constituição da República proíbe qualquer trabalho noturno, penoso, perigoso ou insalubre às mulheres e aos menores de dezoito anos de idade.
- D Por força da Carta Magna Federal, os direitos sociais estendidos aos servidores públicos são excluídos do regime jurídico de direito público a eles inerentes, e têm aplicação imediata, independentemente da edição de norma infraconstitucional regulamentadora.
- E Diferentemente do que ocorre no caso dos direitos e deveres individuais e coletivos, não é cabível mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de direitos sociais previstos na Constituição da República.

QUESTÃO 28

Determinado estado da Federação editou emenda à constituição estadual, por meio da qual outorgou prerrogativas de caráter processual penal ao governador de estado, consistentes na imunidade a prisão cautelar e na imunidade a qualquer processo penal por delitos estranhos à função governamental.

A respeito da situação hipotética descrita, assinale a opção **incorreta**.

- A A emenda constitucional referida está em desarmonia com o princípio republicano, que exprime o dogma de que todos os agentes públicos, aí incluídos os governadores de estado, são igualmente responsáveis perante a lei.
- B A emenda constitucional estadual supra está em dissonância com o princípio da repartição de competências, corolário do princípio federativo, uma vez que trata de matéria reservada à legislação federal, a quem compete, segundo a Constituição da República, legislar sobre direito processual.
- C A emenda constitucional em questão não coaduna com a idéia de Estado democrático de direito, que atribui responsabilidade a todos os agentes públicos, sendo conquista básica do regime democrático e consequência necessária da forma republicana de governo adotada pela Constituição da República.
- D A emenda constitucional estadual mencionada, apesar de contrariar princípios e dispositivos constantes da Constituição da República, por se tratar de norma de natureza constitucional, não está sujeita ao controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ação direta.
- E A emenda constitucional comentada não coaduna com o princípio da separação dos poderes, pois elide do Poder Judiciário a competência — estabelecida na Constituição da República — para decretar a prisão do governador de estado antes de sua condenação penal definitiva.

QUESTÃO 29

Acerca de aspectos diversos do direito administrativo, assinale a opção correta.

- A** A administração pública inclui toda estrutura estatal cujo escopo seja, essencialmente, a realização de serviços que garantam a satisfação das necessidades coletivas, exercendo atividades normalmente vinculadas à lei ou à norma técnica, organizada de maneira hierarquizada, praticando atos de governo e atos de execução, estes de autonomia relativa, de acordo com as atribuições de cada órgão e seus agentes.
- B** O dever de probidade exige que o administrador público desempenhe suas atribuições com o máximo de rigor em relação à moralidade. Os atos de improbidade, de acordo com a Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, são aqueles que determinam enriquecimento ilícito, causam prejuízo ao erário e atentam contra os princípios da administração pública, sendo passíveis de sanções administrativas, civis e políticas, conforme o caso, dispensando a ação penal para as situações em que o Poder Judiciário decidir por aplicar a perda do cargo público combinada com a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- C** As hipóteses que determinam a invalidação dos atos administrativos ou de seus efeitos incluem a revogação, que determina a perda da eficácia do ato quando este é praticado em desconformidade com a ordem jurídica, como é o caso da retirada da autorização para porte de uma arma que, contra a lei, havia sido deferida, anteriormente, a um menor de idade.
- D** A reversão, quando ocorre no interesse da administração, é aberta a todos os servidores inativos pertencentes a determinado cargo ou naquele resultante de eventual transformação mediante publicação de edital em jornal de grande circulação, haja vista ser vedado ao poder público, em razão do princípio da impessoalidade, escolher os que podem retornar.
- E** A discricionariedade é a margem de liberdade conferida pela lei ao administrador a fim de que este cumpra o dever de integrar, com sua vontade ou juízo, a norma jurídica diante do caso concreto, seguindo critérios subjetivos próprios, a fim de dar satisfação aos objetivos consagrados no sistema legal.

QUESTÃO 30

Acerca de contratos administrativos e licitações, julgue os itens a seguir.

- I** A proibição de importação de um determinado produto é exemplo de fato da administração, que se caracteriza por toda ação ou omissão do poder público que, incidindo direta e especificamente sobre o contrato, retarda ou impede sua execução. Nesse caso, o contratado pode pleitear a rescisão do contrato por culpa do poder público.
- II** Considere a seguinte situação.

Na construção da fundação de um viaduto, foram encontrados diversos dutos condutores de águas pluviais que não constavam no projeto de execução. Tal fato determinou o alagamento total do canteiro de obras e a inutilização de diversas máquinas.

Nessa situação, tem-se o exemplo de um caso fortuito, uma das causas justificadoras da inexecução do contrato, que cria, para o contratado, uma impossibilidade intransponível de normal execução do contrato, exigindo uma recomposição de preço e dilação do prazo para entrega da avença.
- III** A inexecução de um contrato administrativo propicia sua rescisão e pode acarretar, para o inadimplente, conseqüências de ordens civil e administrativa. As sanções administrativas, aplicáveis diretamente pela administração, mediante procedimento interno em que se faculta a defesa ao infrator, incluem a declaração de inidoneidade, que opera efeitos apenas em relação à esfera de governo que a impõe e que admite ser cancelada desde que afastada a diretoria ou a equipe técnica responsável pelas falhas contratuais e técnicas.
- IV** As chamadas cláusulas exorbitantes caracterizam os contratos administrativos, distinguindo-os em relação aos contratos de direito privado. A principal é a possibilidade de alteração e rescisão unilateral do contrato administrativo que, todavia, não é absoluta, pois não pode violar o direito do contratado de ver mantida a equação financeira originariamente estabelecida.
- V** A intervenção na execução do contrato é providência adotada pela administração, no momento da rescisão contratual, com objetivo de evitar a descontinuidade na execução dos trabalhos, em razão de o contratado revelar-se incapaz de dar fiel cumprimento ao avençado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 36

Em relação a processo e procedimento, julgue os itens subsequentes.

- I As regras do procedimento sumário aplicam-se subsidiariamente a todos os procedimentos do Código de Processo Civil (CPC), tendo em vista a economia processual, princípio maior e norte de todo o ordenamento processual civil brasileiro.
- II De regra, a diferença básica entre o processo de conhecimento e o processo de execução é a de que naquele o juiz parte de uma mera afirmação de direito para, ao final, declará-lo existente ou não, enquanto neste se parte de um direito já declarado para a sua realização, determinando-se a prática de atos materiais de satisfação, como a penhora, a praça etc.
- III O processo de conhecimento pode ser dividido em ordinário e cautelar, enquanto o processo sumário pode ser dividido em execução e especial.
- IV Qualquer que seja o valor da causa, esta não tramitará pelo rito sumário, se para ela é estabelecido rito especial.
- V Nada impede que o procedimento sumário seja observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, desde que não haja um incapaz em um dos pólos da demanda.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 37

Assinale a opção correta.

- A** O juiz pode proferir, no processo de conhecimento, sentença de natureza executiva, determinando medidas que prescindam do processo de execução, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.
- B** Considera-se proposta a ação com a citação válida do réu.
- C** A sentença de despejo condena o locatário a entregar o imóvel e, em caso de seu não-cumprimento, é necessária a propositura da ação de execução de obrigação de fazer.
- D** Nas ações de investigação de paternidade, uma vez realizado positivamente o exame de DNA, deve o juiz julgar a ação prejudicada por perda superveniente de interesse do autor, já que o investigador, por seu representante legal, se for incapaz, poderá obter diretamente no cartório de registro de pessoas civis a inclusão do nome do pai em seu registro de nascimento, com base no resultado do exame, pois, na hipótese, a certeza científica obtida com o laudo médico suplanta a necessidade de sentença judicial, atingindo, assim, o interesse de agir da parte autora.
- E** Se ao advogado for outorgado mandato com a cláusula *ad judicium*, a citação do réu poderá ser validamente feita na pessoa do seu procurador, em qualquer hipótese.

QUESTÃO 38

Em relação ao processo de execução, assinale a opção **incorreta**.

- A** É facultado ao credor, por medida de economia, na mesma execução, reunir dois ou mais títulos que obriguem o mesmo devedor.
- B** Tratando-se de diferentes títulos relacionados ao mesmo negócio — contrato e nota promissória emitida em garantia —, a jurisprudência entende obrigatória a cumulação das execuções, sendo certo que, nesses casos, muitas vezes, não há coincidência de partes (por exemplo, o devedor do contrato é um e o avalista da promissória é outro).
- C** É permitida a reunião de títulos heterogêneos (judicial e extrajudicial), sendo certo que, nesse caso, eventuais embargos do devedor opostos contra os títulos serão conhecidos conforme se trate de embargos opostos contra título judicial ou extrajudicial, respectivamente, nos limites do regime legal de cognição de cada um deles.
- D** A desistência da execução tem cunho meramente processual e não equivale à renúncia ao crédito, não obstante à renovação futura de novo processo executivo.
- E** O credor não pode desistir da execução, ainda que não embargada, ou de qualquer ato executivo, sem o consentimento do devedor, a exemplo do que ocorre no processo de conhecimento, que condiciona a desistência ao consentimento do réu, decorrido o prazo de resposta.

QUESTÃO 39

A respeito da penhora, da alienação de bens e da execução, assinale a opção **incorreta**.

- A** São penhoráveis os bens do devedor, ainda que gravados com direito real de garantia.
- B** Na execução por carta, o pedido de substituição do bem penhorado no juízo deprecado deverá ser por ele decidido, porque se cuida de incidente relativo a ato de penhora.
- C** A alienação e(ou) o gravame de bens do devedor obtidos mediante fraude à execução deverão ser anulados por ação pauliana ou revocatória, proposta pelo credor-exeqüente, onde se provará o *consilium fraudis* entre o executado e o adquirente do bem, para o desfazimento do negócio.
- D** Os bens do devedor que se encontrem na posse de terceiros podem ser penhorados.
- E** Concorrendo dois credores — o titular da penhora anterior, mas sem registro, e o titular da penhora posterior, com registro — terá preferência este último, que receberá seu crédito em primeiro lugar.

QUESTÃO 44

A propósito de aspectos diversos do direito processual penal, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O prazo processual penal inicia-se no dia seguinte ao da intimação.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética.
Uma vítima de seqüestro na cidade do Rio de Janeiro – RJ foi levada pelo seqüestrador para cinco diferentes estados brasileiros, chegando, por fim, à cidade de Teresina – PI, onde foi encontrada.
Nessa situação, a competência para julgamento de eventual processo penal dar-se-á pela prevenção.
- Ⓒ Do despacho judicial inadmitindo o assistente não cabe recurso.
- Ⓓ A nomeação de curador ao menor de 21 anos de idade é obrigatória na fase judicial, porém prescindível na fase policial.
- Ⓔ Em face do princípio do livre convencimento ou da persuasão racional, o juiz pode aceitar ou rejeitar um laudo, no todo ou em parte.

QUESTÃO 45

A respeito da sentença, das nulidades e dos recursos em geral, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ É nula a sentença que não responde às alegações da defesa, seja de mérito ou de preliminares argüidas oportunamente.
- Ⓑ A ilegitimidade do representante da parte é causa de nulidade relativa, sanável mediante a ratificação dos atos processuais.
- Ⓒ Permite-se o aditamento da denúncia visando incluir o instrumento utilizado para produzir a ofensa apurada na instrução criminal, desde que realizado antes da sentença final.
- Ⓓ Na inexistência de outro recurso específico, é cabível a carta testemunhável contra decisão que obstar o seguimento de recurso em sentido estrito.
- Ⓔ Rejeitada a denúncia por falta de um de seus requisitos formais ou materiais, caberá ao Ministério Público interpor apelação criminal contra a decisão que não a recebeu.

QUESTÃO 46

Com referência a prisão e liberdade provisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ A entrada de autoridade policial em domicílio alheio, à noite, somente poderá ocorrer nas hipóteses de flagrante próprio, ou seja, quando alguém acabou de cometer ou ainda está cometendo uma infração.
- Ⓑ O agente que esteja no gozo de suspensão condicional da pena e que posteriormente seja preso por crime afiançável somente poderá prestar fiança se esse crime for culposo.
- Ⓒ Poderá o juiz, de ofício, decretar a prisão temporária.
- Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética.
Durante um incêndio, ao se lançar na direção de uma porta de emergência, Carlos feriu mortalmente Lucas.
Nessa situação, a requerimento do Ministério Público, deverá ser decretada a prisão preventiva de Carlos, pelo crime de homicídio.
- Ⓔ Logo após o cometimento de homicídio, o autor evadiu-se, ingressando em outra comarca. Policiais que o perseguiram, executaram sua prisão, apresentando-o à autoridade policial mais próxima. Nessa situação, caso duvide da legitimidade do executor, o delegado poderá conceder a liberdade provisória, mediante fiança, ou manter o conduzido em custódia, até que sejam esclarecidas as circunstâncias da respectiva prisão.

QUESTÃO 47

Acerca dos princípios constitucionais do processo penal, do inquérito policial e da ação penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Mesmo arquivado por falta de base para a denúncia, o inquérito policial poderá ser objeto de investigações pela autoridade policial, mediante o surgimento de novas provas.
- Ⓑ A ausência de identificação nominal do acusado impede a propositura da ação penal, mesmo que haja individualização física do acusado por traços característicos.
- Ⓒ Havendo crime de ação penal privada em conexão com crime de ação penal pública, o Ministério Público oferecerá aditamento à denúncia para incluir o primeiro.
- Ⓓ O juiz poderá deferir o arquivamento de inquérito policial em que se apure crime de ação penal privada, ocasionando a extinção de punibilidade pela renúncia.
- Ⓔ Considere a seguinte situação hipotética.
No interrogatório, o indiciado negou ter subtraído objetos de uma residência mediante o arrombamento da porta de entrada. Alegou ter adentrado a mesma por uma janela aberta localizada a alguns metros do chão. A autoridade policial, duvidando da versão apresentada, determinou a reprodução simulada dos fatos.
Nessa situação, o indiciado será obrigado a participar da reprodução simulada.

QUESTÃO 48

À luz da Lei n.º 9.099/1995, julgue os itens abaixo, a respeito das disposições iniciais sobre os juizados especiais.

- I O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- II Os juizados especiais cíveis e criminais são órgãos da justiça federal trabalhista.
- III Os juizados especiais cíveis e criminais destinam-se a conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- IV Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da mencionada lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

QUESTÃO 49

Marcos, autor de crime de menor potencial ofensivo, durante segunda audiência preliminar, argumentou que a audiência deveria ser adiada, pois fora notificado da primeira por correspondência e da segunda, por telefonema da secretaria da vara.

Com referência à situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

- A O pedido de Marcos é inválido e está contraditório com a Lei n.º 9.099/1995.
- B Marcos não poderia ser notificado por correspondência de forma válida.
- C Marcos não poderia ser notificado pelo telefone de forma válida.
- D Marcos poderia ser notificado por correspondência, mas não por telefone.
- E Marcos só poderia ser notificado pessoalmente.

QUESTÃO 50

A respeito de aspectos procedimentais da Lei n.º 9.099/1995, julgue os itens a seguir.

- I A competência do juizado será determinada pelo lugar em que estiver domiciliado o autor.
- II Os atos processuais serão públicos e só poderão ser realizados durante o período diurno.
- III Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- IV A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir — que vale **cinco** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A vida — ensina o saudoso Nelson Hungria — é pressuposto da personalidade e é o supremo bem individual. Mas esse supremo bem individual — a vida — é a vida de todos nós: dos favelados, dos miseráveis, dos mendigos, dos negros e mulatos (quase sempre suspeitos) e, é bom lembrar, dos delinqüentes, maiores ou menores. Por isso a Constituição repudiou a pena de morte.

Mas, no Brasil, o homicídio se tornou banal, corriqueiro, diário. A mídia trata os homicídios diários, quando deles trata, em notícias de canto de páginas perdidas. Se houver uma chacina, a notícia costuma ser maior. Só nos choca se há uma vítima de “qualidade”, um cadáver “excelente”. Se não nos chocarmos com o homicídio diário dos miseráveis que são nossos irmãos, em breve nem a excelência do cadáver nos haverá de chocar.

José Gerardo Grossi. *A excelência do cadáver*. In: *Correio Brasileiro*, 11/4/2003 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas no texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema:

**A BANALIZAÇÃO DO MAL NOS FAZ ESQUECER QUE O PRIMEIRO
DOS BENS É O BEM DA VIDA; DE QUALQUER VIDA.**

RASCUNHO – 1 / 2

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

RASCUNHO – 2 / 2

| | |
|----|--|
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |



Universidade de Brasília (UnB)